

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A IMPORTÂNCIA DA TUTELA RESPONSÁVEL DOS
ANIMAIS DOMÉSTICOS E SUAS INTER-RELAÇÕES
COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ana Carolina Monteiro Pessoa

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**A IMPORTÂNCIA DA TUTELA RESPONSÁVEL DOS
ANIMAIS DOMÉSTICOS E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Ana Carolina Monteiro Pessoa

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental**

Orientador: Dr. Dinisio Link

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A IMPORTÂNCIA DA TUTELA RESPONSÁVEL DOS ANIMAIS
DOMÉSTICOS E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

elaborada por
ANA CAROLINA MONTEIRO PESSOA

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dinísio Link, Dr.
(Presidente/ Orientador)

Toshio Nishijima, Dr. (UFSM)

Ana Maria Thielen Merck, Dr. (UFSM)

Santa Maria, novembro de 2013

Dedico este trabalho a todas aquelas pessoas que gostam de animais e que de alguma forma doam seu tempo, seu amor, e sua dedicação aos cuidados desses seres indefesos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Rodrigo e minha filha Ana Clara, pela paciência pelos dias de ausência e pelo carinho e amor a mim dedicados em tempo integral, dos quais foram fundamentais para o final deste curso.

À todos animais de rua e abandonados que pude oferecer meu carinho e cuidados médicos veterinários, aos meus animais de estimação, e todos aqueles que vivem de alguma forma nos proporcionando alegrias e amor incondicional.

Aos professores do curso de Educação Ambiental por me proporcionarem um maior conhecimento e vontade de aprendizado dedicados ao meio ambiente, e por me fornecer diversos momentos preciosos na UFSM, dos quais jamais vou esquecer.

“A Educação é a ferramenta de mudança do mundo. Uma vez resgatado um único homem da ignorância, salvar-se á centenas de animais de rua.”

Emanuel Maciel

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

A IMPORTÂNCIA DA TUTELA RESPONSÁVEL DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AUTOR: Ana Carolina Monteiro Pessoa

ORIENTADOR: Dinisio Link

Data e Local da Defesa: Santa Maria, novembro de 2013

O objetivo deste estudo é promover a discussão e a legitimação do papel da Educação Ambiental como principal meio de sensibilização da sociedade, na promoção dos preceitos de “Tutela Responsável”. Através de panfletos virtuais em *site* de relacionamento social foi realizada uma abordagem dos assuntos relacionados com o abandono de animais domésticos, e suas implicações na Saúde Pública, visto que atualmente os *sites* de relacionamento possuem um alcance significativo de pessoas, ultrapassando barreiras geográficas e facilitando a disseminação de informação em todas as classes sociais. Desta forma a Educação Ambiental possibilita estabilizar e efetivar a transformação dos valores e atitudes da sociedade com relação à problemática do abandono, visando à integração e conscientização do homem quanto à responsabilidade e respeito com animais.

Palavras-chave: Educação ambiental. Animais. Tutela responsável.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Postgraduate Program in Environmental Education
Federal University of Santa Maria

THE CONSTITUTIONAL PRINCIPLE OF HUMAN DIGNITY AND ITS RELATION TO THE CONCEPT OF HEALTHY AND ECOLOGICALLY BALANCED ENVIRONMENT

AUTHOR: Ana Carolina Monteiro Pessoa

ADVISOR: Dinisio Link

Date and Place of Defence: Santa Maria, november 2013

The purpose of this study is to promote discussion and legitimization of the role of environmental education as a primary means of sensitizing society, in promoting the precepts of "Responsible Guardianship." Through virtual pamphlets on social networking site was performed addressing the issues related to the abandonment of domestic animals, and their implications for public health, since nowadays the social networking sites have a significant range of people, overcoming geographical barriers and facilitating information dissemination in all social classes. Thus the Environmental Education and stabilizing effect allows the transformation of values and attitudes of society regarding the issue of abandonment, aiming at integration and awareness about the responsibility of man and animals with respect.

Key words: Environmental Education. Animals. Responsible guardianship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 OBJETIVOS	11
2 METODOLOGIA	12
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
3.1 O conceito de tutela responsável	14
3.2 A superpopulação de animais nas ruas	16
3.3 Abandono: uma agressão ao animal e à sociedade	17
3.4 Zoonoses: um problema para a saúde pública	20
3.4.1 Conceituação de zoonoses	20
3.4.2 Classificação	20
3.4.3 Transmissão	21
3.4.4 Principais doenças e ocorrência	21
3.5 Importância em saúde e controle	24
3.6 Educação ambiental e a Tutela Responsável	27
4 RESULTADOS	30
5 DISCUSSÃO	32
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com os animais é extremamente antiga e tanto o passado como nos dias atuais, é repleta de antagonismos sendo cultivados sentimentos que vão desde o amor e compaixão, ao medo, indiferença e raiva por estes outros seres.

A delicada relação entre homens e animais é um dos assuntos que necessita urgentemente de uma revisão, de um olhar mais direcionado, de um novo e maior enfoque.

A adoção ou aquisição de um animal envolve um compromisso para com a vida desse animal. Muitas pessoas adquirem impulsivamente um animal de estimação, principalmente filhote, sem se darem conta que esse deverá viver por 12 a 15 anos, que ele crescerá, que ele precisará de um ambiente e de espaços adequados, que ele dependerá diariamente de cuidados e de alimentação de qualidade. O resultado é que muitos animais são abandonados, especialmente no período que antecede as férias escolares ou as festas de fim de ano.

Portanto adotar ou adquirir um animal implica em adquirir sua guarda, sua tutela. A palavra tutela expressa adequadamente essa relação, pois tutela deriva do latim “tuere” - proteger. Quando se é dono de animais pode-se escolher por sua vida ou morte; quando se é seu tutor não se tem outra opção senão preservar sua vida e torna-la melhor possível.

Infelizmente, nas grandes cidades, o abandono de animais domésticos tornou-se um grande problema socioambiental; o descarte de animais nas vias públicas aumenta a cada dia e a explosão populacional cresce e motiva o extermínio de centenas de animais nos Centros de Controle de Zoonoses Municipais - forma nada ética e comprovadamente ineficiente para sanar o problema (OMS ,1992).

A situação dos animais abandonados nas ruas é caótica e extremamente cruel, trazendo situações negativas relacionadas à saúde pública, acidentes de trânsito, maus tratos, ataques e mordeduras, problemas que atingem tanto os animais quanto os humanos (CIAMPI, 2005).

“A falta de informação é uma das principais causas do abandono de animais, pois muitos proprietários desconhecem a importância da tutela responsável, tanto para saúde pública quanto para o bem estar animal” (PARO ,2007).

Entretanto, com os avanços das políticas públicas de meio ambiente e os compromissos com a sustentabilidade, a luta dos grupos de defesa animal vem ganhando força e espaço nos debates, na mídia, e, principalmente, na voz da opinião pública, que se conscientiza cada vez mais sobre seu papel dentro da complexa teia global de relações. O mundo vive um momento de transformações e avaliações sobre as ações do homem no planeta, assim, cabe à sociedade cobrar e questionar em nome do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ações do poder público que visem à saúde pública e o respeito entre todas as espécies, aprimorando-se cada dia o conceito de tutela responsável.

Segundo Telles et al. (2002), proteger e contribuir positivamente para a qualidade de vida dos animais é também promover e melhorar a nossa própria qualidade de vida, pois o bem estar ambiental depende do bem estar humano e do bem estar animal.

Para que isso ocorra, o conceito de “tutela responsável” deve ser disseminado e colocado em prática, para minimizar o número excessivo de animais errantes nas vias públicas, bem como para abolir o sofrimento imposto aos mesmos.

1 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é promover a discussão e a legitimação do papel da Educação Ambiental como principal meio de sensibilização da sociedade, na promoção dos preceitos de “tutela responsável”.

Divulgar panfletos virtuais educativos sobre o tema Tutela Responsável, bem como cuidados e deveres com os animais domésticos, em *site* de relacionamento social. Através de campanhas com fotos e explicações sobre os cuidados básicos com animais, e principalmente direcionando à sensibilização das pessoas no entendimento sobre maus tratos e abandono de animais, visto que muitos cidadãos desconhecem a problemática dos abandonos de animais domésticos em vias públicas, doenças como Zoonoses, e principalmente os direitos dos animais.

2 METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas em textos de diversos Autores sobre o tema “tutela responsável” e também principalmente pesquisas em Organizações não Governamentais (ONGs) ligadas à Proteção dos Animais, nas quais o assunto sobre Tutela Responsável é bastante discutido . O presente trabalho também fez uma ligação da Importância da Tutela Responsável e suas Inter-relações com a Educação Ambiental, fornecendo dados para sensibilização dos proprietários. Neste contexto, tanto para viabilizar o processo de sensibilização e aquisição de novas posturas - mais éticas e justas – quanto para abolir o sofrimento imposto aos animais.

Panfletos virtuais foram direcionados diversas vezes em *site de relacionamento social, em que geralmente o tema abordado sempre estava conectado com os cuidados básicos com animais domésticos, incentivos à denúncias de maus- tratos, Tutela Responsável, e principalmente os problemas gerados com o crescente abandono de animais em vias públicas . Esses panfletos uma vez lançados no site, poderiam ser “Curtidos”, “Comentados”, e/ou até “Compartilhados” por todas pessoas que tivessem registro como usuário no site de relacionamento social, Desse modo, a informação gerada era amplamente distribuída por muitas pessoas, atravessando barreiras geográficas e podendo ter um maior alcance territorial do que panfletos em papel* .

* Facebook é um site e serviço de rede social que foi lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.. Em 4 de outubro de 2012 o Facebook atingiu a marca de 1 Bilhão de usuários ativos. Em média 316.455 pessoas se cadastram, por dia, no Facebook, desde sua criação em 4 de fevereiro de 2004. Os usuários devem se registrar antes de utilizar o site, após isso, podem criar um perfil pessoal, adicionar outros usuários como amigos e trocar mensagens, incluindo notificações automáticas quando atualizarem o seu perfil. Além disso, os usuários podem participar de grupos de interesse comum de outros utilizadores, organizados por escola, trabalho ou faculdade, ou outras características, e categorizar seus amigos em listas como "as pessoas do trabalho" ou "amigos íntimos". O nome do serviço decorre o nome coloquial para o livro dado aos alunos no início do ano letivo por algumas administrações universitárias nos Estados Unidos para ajudar os alunos a conhecerem uns aos outros. O Facebook permite que qualquer usuário que declare ter pelo menos 13 anos possa se tornar usuário registrados do site.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao domesticar o cão e o gato, há milhares de anos, o homem tornou-se responsável pelo bem-estar desses animais. Conviver com um bicho de estimação é um privilégio e pode mudar nossa vida para muito melhor.

A companhia desses animais para o ser humano produz os seguintes efeitos benéficos:

1. Efeitos psicológicos: diminui depressão, estresse e ansiedade; melhora o humor;
2. Efeitos fisiológicos: menor pressão arterial e frequência cardíaca, maior expectativa de vida, estímulo a atividades saudáveis;
3. Efeitos sociais: socialização de criminosos, idosos, deficientes físicos e mentais; melhora no aprendizado e socialização de crianças.

Existem vários benefícios ao se adquirir um animal, porém, uma vez feita a aquisição é importante que ele seja castrado. Isso além de evitar crias indesejáveis, altera positivamente alguns de seus comportamentos, tornando-os menos ansiosos e mais companheiros, além de evitar doenças como câncer de útero, de ovários, de mama, e de testículos.

Infelizmente muitos dos animais adquiridos ou adotados, acabam sendo abandonados nas ruas, e esses mesmos animais acabam se reproduzindo de forma desenfreada causando a superpopulação de animais errantes.

A superpopulação desses animais é um problema vivido pela maioria dos centros urbanos em todo o mundo; em muitos casos, o triste destino desses animais é o abandono e muito sofrimento. Mudar esse quadro é um dos grandes desafios que se apresentam no século XXI.

A educação ambiental é uma aliada, cabendo à sociedade o papel de colocá-la em prática, visando obtenção de resultados positivos e efetivos no combate ao abandono e sofrimento dos animais, além de propiciar-lhes o bem estar que lhes foi cruelmente retirado.

A Tutela responsável deve ser enfatizada e colocada em prática para amenizar o número excessivo de animais abandonados nas vias públicas, bem como para abolir o sofrimento aos mesmos. Além de atuar na sensibilização e conscientização do cidadão, possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, capazes de induzir mudanças de atitude, individuais e coletivas.

A educação ambiental voltada à promoção da tutela responsável é a forma ideal para reverter o quadro de abandono, os maus tratos e superpopulação de animais, pois age diretamente na transformação de valores e atitudes da sociedade.

3.1 O conceito de tutela responsável

Primeiramente, é importante salientar que conceito “posse responsável” vem sendo substituído por “tutela responsável” para descaracterizar a imagem dos animais como objetos de consumo, evitando assim que a vida de um animal seja associada à idéia de "coisa" passível de propriedade. Portanto usaremos outro termo, conforme abaixo:

O termo, tutela é o mais apropriado por representar a definição, conforme o Dicionário Luft, de s.f. (2). Proteção, amparo e defesa.

Segundo Aspis et al. (2006, p. 85), durante a Primeira Reunião Latino-Americana de Especialistas em Posse Responsável de Animais de Companhia e Controle de Populações Caninas, em 2003, foi elaborada a seguinte conceituação para Tutela ou Posse Responsável:

É a condição na qual o guardião de um animal de companhia aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente, como interpretado pela legislação vigente.

Segundo o Instituto Pasteur, é de responsabilidade do proprietário do animal se informar sobre todas as implicações de se ter um animal de estimação antes de adquiri-lo ou adotá-lo. (GIMENEZ, 2006).

A Associação Humanitária de Proteção e Bem Estar Animal - ARCA Brasil (2008), sediada na cidade de São Paulo, cuja atuação é referência em nível nacional e internacional, resumiu as principais ações de tutela responsável e criou um pequeno guia contendo criou os “dez mandamentos” sobre o tema, a saber:

I - Antes de adquirir um animal, considere que seu tempo médio de vida é de 12 anos. Pergunte à família se todos estão de acordo, se há recursos necessários para mantê-lo e verifique quem cuidará dele nas férias ou em feriados prolongados.

II - Adote animais de abrigos públicos e privados (vacinados e castrados), em vez de comprar por impulso.

III - Informe-se sobre as características e necessidades da espécie escolhida – tamanho, peculiaridades, espaço físico.

IV - Mantenha o seu animal sempre dentro de casa, jamais solto na rua. Para os cães, passeios são fundamentais, mas apenas com coleira/guia e conduzido por quem possa contê-lo.

V - Cuide da saúde física do animal. Forneça abrigo, alimento, vacinas e leve-o regularmente ao veterinário. Dê banho, escove e exercite-o regularmente.

VI - Zele pela saúde psicológica do animal. Dê atenção, carinho e ambiente adequado a ele.

VII - Eduque o animal, se necessário, por meio de adestramento, mas respeite suas características.

VIII - Recolha e jogue os dejetos (fezes) em local apropriado.

IX - Identifique o animal com plaqueta e registre-o no Centro de Controle de Zoonoses ou similar, informando-se sobre a legislação do local. Também é recomendável uma identificação permanente (microchip ou tatuagem).

X - Evite as crias indesejadas de cães e gatos. Castre os machos e fêmeas. A castração (esterilização) é a única medida definitiva no controle da procriação e não tem contraindicações.

Resumindo, a tutela responsável nada mais é que um conjunto de ações e deveres, daquele que pretende tutelar um animal, objetivando o bem estar do mesmo.

Para Aspis et al. (2006), a tutela ou guarda, realizada de maneira pouco cuidadosa ou negligente de animais de estimação é a principal causa da superpopulação de cães e gatos, resultando em grande quantidade de animais soltos em vias públicas, por terem sido abandonados ou por falta de cuidados e de supervisão. Esses animais ficam expostos a riscos diversos, como atropelamentos, brigas, doenças infecto-contagiosas e outros agravos, colocando em risco a saúde humana e a de outros animais, além de comprometerem o equilíbrio do meio ambiente em que estão inseridos.

Conforme Paro (2008, p.1), o que ocorre atualmente é que no impulso de adquirir um bichinho de estimação, as pessoas se esquecem de que a partir daquele momento, aquela vida depende totalmente delas. E afirma:

Tutelar um animal exige responsabilidade, amor, e principalmente abnegação, pois trata-se de um ser vivo que passou a fazer parte de nossas vidas. Além disso, estar preparado psicologicamente, financeiramente e ter espaço físico suficiente para acomodar o animal são deveres primordiais àqueles que aceitam essa responsabilidade. Zelar pelo bem estar e proteger o animal sob nossa tutela é obrigação, e, principalmente um ato de cidadania, afinal, estamos conscientes quando resolvemos adquirir um companheiro.

3.2 A superpopulação de animais nas ruas

A superpopulação de animais domésticos é uma realidade cruel, que preocupa toda a sociedade devido a diversos fatores: doenças que possam ser transmitidas aos humanos (zoonoses), o sofrimento ao quais estes animais estão expostos, acidentes no trânsito ou, ainda, a interferência na fauna silvestre - quando são abandonados em parques, praças e áreas de proteção ambiental (GIMENEZ, 2006). Ainda segundo Gimenez (2006), a Organização Mundial de Saúde – OMS estima que haja no mundo cerca de 600 milhões de cães, número que deve dobrar nos próximos 50 anos.

Projeções do Instituto Pasteur, com base na classificação da Organização Mundial de Saúde, alertam para a existência de 664 mil cães vivendo nas ruas, somente no Estado de São Paulo, dos quais 524 mil são abandonados totalmente e 140 mil recebem algum tipo de cuidado da comunidade (ANUNCIAÇÃO, 2007).

Estes índices podem variar também, numa mesma cidade, de uma região para outra ou de um bairro para outro, levando-se em consideração fatores como o grau de urbanização e as condições socioeconômicas das diversas áreas.

O Manual Técnico N°3 do Instituto Pasteur (1999) salienta ainda que: A fim de evitar a ocorrência de erros de estimativa populacional, recomenda-se o desenvolvimento de censo canino/felino periódico ou outro método para dimensionamento populacional como, por exemplo, a aplicação de inquéritos casa-a-casa em amostras significativas. Deve-se estabelecer, por análises estatísticas, qual a periodicidade para avaliação do crescimento vegetativo da população animal.

A alta capacidade de reprodução, somada a falta de políticas públicas efetivas para o controle da natalidade animal, são os maiores fatores do alto índice de animais errantes nas ruas das grandes cidades do mundo.

A superpopulação desses animais representa apenas a “ponta do iceberg”, diante dos inúmeros problemas ocasionados pela falta de interesse da sociedade e do poder público em relação aos mesmos.

Para Reichmann et al. (2000), o controle das populações de animais de estimação se desenvolve por métodos racionais, protetores e diferenciados, para os quais é importante a participação ativa dos proprietários. Cães e gatos integrados às

comunidades humanas dependem delas para dispor de abrigos, alimentação, além de recursos para a prevenção de doenças.

Outro problema decorrente das interações negativas da proliferação indiscriminada de animais errantes é a transmissão de doenças para humanos, as chamadas zoonoses.

A entrada do homem em áreas silvestres e a aproximação de novas espécies animais no ambiente urbano incrementam o crescimento do risco de transmissão de zoonoses, destacando que os hospedeiros são diversos, e não apenas cães e gatos (GIMENEZ, 2006).

Segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), fornecidos pela pesquisadora do Instituto Pasteur, Maria de Lourdes Reichmann, 66% das doenças nos países latino-americanos são causados por animais (ANUNCIAÇÃO, 2007).

Para se aquilatar a importância das zoonoses em Saúde Pública, basta lembrar que, das seis doenças em que a notificação dos casos é exigida universalmente, duas pertencem a este grupo, a Peste e a Febre Amarela, e ambas ocorrem no Brasil (MIGUEL, 2005).

Das doenças obrigatoriamente notificáveis, de acordo com as Normas Técnicas Especiais relativas à Preservação da Saúde no Estado de São Paulo, dez pertencem ao Grupo de Zoonoses, a saber: Febre Amarela, Peste, Leptospirose, Raiva Humana, Carbúnculo Hemático, Tuberculose, Brucelose, Ricktesioses, Arboviroses e Doença de Chagas. (MIGUEL 2005)

Segundo a Agência de notícias internacionais Efe (2007), a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que a raiva seja a décima causa de morte por infecções em humanos - a metade de suas vítimas são crianças menores de 15 anos - e alerta que 8 milhões de pessoas necessitariam receber o soro contra a raiva a cada ano, por serem expostas a animais suspeitos da infecção.

3.3 Abandono: uma agressão ao animal e à sociedade

As estimativas da quantidade de animais abandonados nas ruas são pouco precisas e não oficiais. Muitos desses bichos ainda são filhotes e, por mais incrível que possa parecer, boa parcela desses animais são adquiridos em canis, petshops, e até mesmo em clínicas veterinárias.

Os motivos alegados por aqueles que abandonam um animal são os mais diversos e banais, mostrando que o abandono é resultado de uma compra ou adoção despreparada, movida por impulso. Muitas pessoas acham que bicho é um objeto descartável, ignoram sua vida e seus sentimentos.

Os animais abandonados são um claro problema de saúde pública, quer seja pelo potencial de serem reservatórios de doenças transmissíveis de humanos para animais e de animais para humanos (zoonoses), tais como a raiva, leishmaniose ou a sarna e diversas verminoses, quer pelos riscos de acidentes em vias públicas, mordeduras, lixo espalhado, etc.

Abandonar animais também é considerado um, dos muitos tipos de maus tratos, que os seres humanos cometem com os animais ,segundo o decreto federal n 24.645, de julho de 1934, artigo 3, inciso V “ Abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover inclusive assistência veterinária”.

Mas infelizmente, contrariando as leis, diariamente milhares de animais são abandonados nas cidades brasileiras. O problema cresce a cada dia nos grandes centros urbanos, onde devido ao adensamento populacional, o abandono de animais domésticos e silvestres também é maior. No entanto animais domésticos (como cães e gatos) são ainda as maiores vítimas de abandono pelos humanos.

As feiras que comercializam animais acabam criando uma facilidade muito grande para que ocorra a posse irresponsável.

Tanto o cão quanto o gato sofrem igualmente quando estão abandonados. Ambos são vítimas de atropelamentos, espancamentos e mutilações. Animais abandonados passam fome, sede e frio além de serem assassinados nas ruas e/ou nas carrocinhas. O abandono de animais é um ato criminoso e cruel. Mudar esse quadro depende da ação de cada um de nós.

Como cidadãos, que respeitam a vida, temos o dever de zelar e cuidar desses animais. E isso começa com a esterilização dos cães e gatos que convivem conosco.

Esse tipo de crime, o abandono, é um dos principais fatores para o alto índice de superpopulação animal de ruas, um dos principais motivos para que isso ocorra é a venda indiscriminada de filhotes de pet shops. Muitas pessoas compram o animal de forma irresponsável, depois que o animal cresce, o indivíduo acaba muitas vezes abandonando-o nas ruas.

Esse comércio transformou-se em um negócio extremamente lucrativo, segundo estimativas da Associação dos revendedores e Prestadores de serviços ao mercado Pet- ASSOFAUNA desde 2005 o mercado de animais de estimação movimenta anualmente cerca de três bilhões de reais. Além disso, o setor apresenta um crescimento médio de 17% ao ano desde 1995 (MOTTA ,2006).

Existe um grande nicho de mercado, tanto para o comércio dos próprios animais, como para produtos e serviços agregados (alimentos, roupas, remédios, brinquedos), movimentando altos gastos com animais de estimação.

Porém isso não diminui os números do abandono, que segundo a Associação Protetora dos animais São Francisco de Assis – APASFA, cresce até 1000% no período de férias, entre os meses de dezembro e janeiro, devido às viagens dos proprietários de animais, que, sem saber o que fazer com seus bichinhos de estimação, os abandonam nas ruas (MAGALHÃES ,2008).

Além desses inúmeros problemas relacionados ao abandono de animais, existem as chamadas zoonoses que inevitavelmente são promovidas pelas transmissões dos animais para os seres humanos e vice versa, visto que por esses animais estarem nessas condições precárias de sobrevivência, não possuindo alimentação, cuidados médicos veterinários adequados e muito menos abrigos, acabam por disseminar doenças que poderiam ser evitadas.

O abandono pode ser controlado com a conscientização da população e pela vigilância das forças policiais. A esterilização de animais domésticos, associada à adoção, é fundamental para controlar a natalidade e banir o extermínio nas carrocinhas. Campanhas educativas podem evitar os maus-tratos, mas quem mata ou machuca animais precisa ser punido.

É preciso que cada cidadão torne-se consciente da sua responsabilidade individual de fazer esterilizar seu próprio animal (independentemente da raça) e de informar seus parentes e amigos sobre a importância desse ato de amor, de responsabilidade e de respeito à vida digna com qualidade. O animal cruza por que tem o instinto da procriação, e só com a ajuda de seres humanos responsáveis pode evitar crias indesejadas. Ainda faltam a nós, humanos, a consciência e a convicção de que um animal de estimação é parte da família da mesma forma que a criança e o idoso (sadios ou não) e não há nada que justifique o seu descarte.

3.4 Zoonoses: um problema para à saúde pública

3.4.1 Conceituação de zoonoses

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) define-se o termo zoonoses como:

Doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos”. As Zoonoses são infecções e doenças que podem ser adquiridas em contato com animais, pela ingestão de carne contaminada, contraídas pelo contato não desejado com ratos e morcegos principalmente através da ingestão de água ou alimentos contaminados. Seus principais agentes etiológicos são bactérias, fungos, vírus, helmintos e rickettsias, mas a transmissão ocorre através de um animal vertebrado para o ser humano (MIGUEL 2010).

“As zoonoses constituíam os riscos frequentes e temíveis a que a humanidade está exposta relacionando, neste contexto, cerca de 150 a 180 doenças” (SCHWABE 1984).”

A adaptação dos animais às áreas urbanas está associada a simbioses, parasitismos e outros fenômenos ecológicos vinculados à presença do homem; nas grandes cidades, o homem e os animais compartilham o mesmo ambiente e os mesmos perigos (CICCO, 2005).

As mudanças climáticas têm facilitado a expansão das condições compatíveis para alguns vetores de doenças, propagando as zoonoses (JONES 2008 apud CUTLER, 2010). Nas próximas duas décadas, a mudança climática será a questão mais grave que domina a reemergência de patógenos em novas regiões (CUTLER, 2010).

A mudança climática também afeta a evolução dos patógenos e vetores. Eventos como mutação podem dar origem a variantes com níveis alterados de aptidão para persistir e se espalhar. Associado ao aumento da longevidade e tratamento das doenças podem gerar resistência e infecções concomitantes (CUTLER , 2010).

3.4.2 Classificação

“Uma das classificações propostas para as zoonoses baseia-se no ciclo de vida do agente etiológico” (SCHWABE 1984): a) Zoonoses diretas: a transmissão

ocorre de hospedeiro vertebrado infectado a um vertebrado suscetível, por contato, veiculação ou vetor mecânico, como a raiva e a brucelose; b) Ciclozoonoses: tem a participação de mais de uma espécie de hospedeiro vertebrado na cadeia de transmissão, exemplos são a cisticercose e a hidatidose; c) Metazoonoses: são transmitidas biologicamente através de vetores invertebrados, sendo que no interior do organismo do hospedeiro invertebrado, o parasita realiza uma fase do seu ciclo biológico durante um determinado intervalo de tempo, denominado "período extrínseco de incubação", que precede a transmissão a outro hospedeiro vertebrado. Esta última, conforme a dependência dos hospedeiros necessários para a formação da cadeia de transmissão se divide em quatro tipos: hospedeiro vertebrado e outro invertebrado, ex.: Febre amarela; hospedeiro vertebrado e dois invertebrados, ex.: paragonimíase; dois hospedeiros vertebrados e um invertebrado, ex.: clonorquíase; transmissão transovariana, ex.: encefalite dos carneiros. d) Saprozoonoses: há participação de um hospedeiro vertebrado e de um elemento não pertencente ao reino animal, tais como o solo, matéria orgânica e plantas, citando-se a histoplasmose e ancilostomíase (solo), fasciolose (plantas).

3.4.3 Transmissão

A transmissão das zoonoses pode ocorrer através das seguintes vias: a) Transmissão direta: hospedeiro vertebrado infectado transmite o parasita a outro hospedeiro vertebrado suscetível através do contato direto, como a raiva, brucelose, carbúnculo hemático, sarnas, microsporidioses e tricofitoses; b) Transmissão indireta: pode ocorrer através dos alimentos, como na leptospirose, botulismo, carbúnculo hemático, brucelose, tuberculose, salmoneloses, teníases e triquinelose; ou por secreções, como no caso da raiva e da brucelose; ou por vômitos, como exemplo tem-se a leptospirose, peste, sarna e brucelose; ou por artrópodes, ex.: febre amarela, encefalomielite equina, tifo e peste (MIGUEL, 2010).

3.4.4 Principais doenças e ocorrência

Nos países em desenvolvimento os recursos são dirigidos para a assistência médica, resultando em inversões mínimas para a medicina preventiva. A ocorrência de doença na população acarreta a baixa produção com a consequente redução dos

níveis salariais. O baixo poder aquisitivo da população conduz a padrões deficientes de alimentação, moradia inadequada e à diminuição do nível de educação. Este ciclo vicioso, chamado de "ciclo econômico da doença", fecha-se com a ocorrência de mais doença, diminuindo o potencial de trabalho da população. Verifica-se que pequenos investimentos na prevenção e falta de conhecimento, favorece a disseminação de doenças entre os animais, muitas de caráter zoonótico, agravando a já deficiente condição de saúde do homem (CICCO, 2005).

Ressaltando-se a importância das zoonoses na saúde, verifica-se que, das seis doenças em que a notificação dos casos é exigida universalmente, duas pertencem a este grupo, a peste e febre amarela e, ambas ocorrem no Brasil. Outras doenças notificáveis de acordo com as normativas relativas à Preservação da Saúde, dez são zoonóticas: febre amarela, peste, leptospirose, raiva, carbúnculo hemático, tuberculose, brucelose, rickettsioses, arboviroses e chagas (CICCO, 2005).

Dados estatísticos disponíveis não são fidedignos sobre a ocorrência das diferentes zoonoses no Brasil, devido a extensão territorial, escassez dos serviços de saúde e de recursos médicos em muitas regiões, a deficiente educação sanitária de parte da população e diversos problemas administrativos e político (CICCO, 2005).

A leptospirose, a raiva, as salmoneloses, a brucelose e as teníases ocorrem em todos os Estados. As arboviroses apresentam elevada prevalência nas zonas de matas, Amazônia, além de dados demonstrarem infecções humanas com ou sem manifestações clínicas, em regiões, como o sul, MT, MG e RJ. A hidatidose tem incidência no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sendo um problema de Saúde Pública. O mesmo ocorre com a cisticercose, que ainda constitui um risco permanente para os consumidores de carne suína (CICCO, 2005).

A leptospirose apresenta prevalência moderada nos rebanho bovino e suíno. Já a brucelose apresenta alta morbidade e baixa mortalidade, sendo um problema de saúde para profissionais, tais como empregados de matadouros, veterinários e tratadores de animais, além de acarretar prejuízos. A tuberculose, além dos prejuízos à indústria animal, determina a redução da mão-de-obra disponível para o trabalho, já que após a alta hospitalar o indivíduo nem sempre pode voltar às suas atividades anteriores como é o caso os trabalhadores braçais (CICCO, 2005).

Ainda a infecção pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, a toxoplasmose, onde os felídeos são o hospedeiro definitivo, sendo infectados após a ingestão de animais

caçados ou por carne contendo os trofozoítos. Após a infecção, os gatos se tornam infectantes em dois ou três dias e excretam oocistos em suas fezes, durante uma ou duas semanas, os quais podem sobreviver no ambiente por diversos meses. Com cuidados básicos de higiene, não há riscos, sendo que a infecção só gera moléstia clínica em imunocomprometidos ou infecção congênita do feto (CICCO ,2005).

Campilobacteriose e salmonelose são bactérias que podem estar abrigadas no intestino de gatos, devendo também os donos de animais ter cuidado ao manipular as fezes, e em especial as associadas com diarréia (CICCO, 2005).

Dermatomicose tem transmissão direta de *Microsporium canis* de cães e gatos para humanos, devendo-se lavar as mãos, após a manipulação do animal infectado, e a não permitir que crianças brinquem com estes, até o fim do tratamento (CICCO, 2005).

Esporotricose é uma doença cutânea e linfática, causada pelo *Sporothrix schenckii*. Cães, gatos e humanos são susceptíveis, e está associada a feridas traumáticas, penetrantes. Gatos com esporotricose devem ser manipulados com luvas, até que sejam curados (CICCO ,2005).

A raiva é uma doença provocada por vírus, caracterizada por sintomatologia nervosa que acomete animais e seres humanos. Transmitida por cão, gato, rato, bovino, equino, suíno, macaco, morcego e silvestres, através da mordedura ou lambadura da mucosa ou pele lesionada por animais raivosos. Os animais silvestres são reservatório primário para a raiva na maior parte do mundo, mas os animais domésticos são as principais fontes de transmissão para os seres humanos (CICCO, 2005).

Larva migrans cutânea: é encontrada por toda parte onde se encontrem cães ou gatos infectados com ancilostomídeos, sobretudo *A. braziliense* e *A. ceylanicum*. Sendo o problema mais frequente em praias e em terrenos arenosos, onde esses animais poluem com suas fezes. O hábito dos gatos de enterrar excrementos e a preferência por fazê-lo em lugares com areia favorece a eclosão dos ovos e desenvolvimento das larvas. As crianças contaminam-se ao brincar em depósitos de areia. Os animais domésticos devem ser tratados sistematicamente e regularmente para prevenção (CICCO, 2005).

3.5 Importância em saúde e controle

Em decorrência da importância das zoonoses, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, é necessária a adoção de medidas capazes de minimizar estes transtornos através de aplicação de métodos adequados para a prevenção, controle ou erradicação destas doenças (MIGUEL 2010).

Com muita frequência, o diagnóstico da doença zoonótica é adiada por falta de suspeita clínica ou incapacidade de obter adequada história clínica. Algumas infecções zoonóticas são óbvias (por exemplo, escabiose, infecção após o manuseio de cobaias). Outras infecções podem ter ligação menos óbvia, como no caso a aquisição da tularemia (*Francisella tularensis*) em áreas endêmicas da doença é o possível contato com os reservatórios lagomorfos (Agger, 2005 apud CUTLER, 2010).

Um aspecto relevante está na relação entre o homem e o animal, que vem se tornando cada vez mais próxima, principalmente com os animais de estimação que possuem, um papel importante na estrutura familiar e social (ANTUNES, 2001). Porém, esse convívio próximo entre o homem e seus animais de estimação não fica limitado apenas a uma situação de coabitação familiar. Esses animais frequentam áreas públicas e, com frequência, acabam depositando seus dejetos nesses locais. Conseqüentemente, dejetos de animais parasitados no ambiente acabam provocando doenças em seres humanos (CORRÊA et al., 1993).

Uma das contribuições da promoção de saúde é a ampliação do seu entendimento, contribuindo para que a comunidade aumente sua habilidade de resolver seus problemas de saúde com competência e intensifique sua própria participação. Essa atividade pode ser desenvolvida em espaços diversos, permitindo a expansão e o fortalecimento da saúde da população através de um trabalho coletivo e participativo com toda a comunidade escolar (FLORES; DREHMER, 2003).

Para que a aplicação dos métodos de prevenção possa ser bem sucedida, é de suma importância o conhecimento de prevalência de cada uma das zoonoses. Assim, é necessário proceder-se a minuciosos inquéritos epidemiológicos, utilizando-se para tanto dos registros dos serviços de saúde pública e saúde animal, dos dados obtidos nas propriedades rurais das informações dos médicos

veterinários e dos relatórios das indústrias de laticínios e matadouros. Conhecida a magnitude de cada um dos problemas, são estabelecidas as prioridades de ação, adotando-se programas eficientes com a finalidade de interromper a transmissibilidade (MIGUEL, 2010).

O combate às zoonoses pode ser realizado ao nível de cooperação internacional e dentro de uma mesma ação, ao nível central, regional ou local. No entanto, qualquer que seja o programa de controle adotado, é fundamental que seja dado continuidade e que os procedimentos de vigilância sanitária sejam aplicados, caso contrário, aos prejuízos econômicos já decorrentes de incidência de uma determinada zoonose, somar-se-ão os de uma campanha mal sucedida (MIGUEL, 2010).

O conhecimento sobre zoonoses nem sempre alcança a população exposta a riscos constantes. É necessário programar ações de educação sanitária, as quais requerem a intervenção de autoridades relacionadas com a saúde e o saneamento ambiental, sendo extensivas à comunidade as informações precisas sobre riscos de contrair zoonoses e as formas de preveni-las (MILANO; OSCHEROV, 2002).

O estado final desencadeador de doença resulta da interação de uma multiplicidade de fatores, como econômicos, políticos, sociais, culturais, entre outros. Determinantes culturais como os comportamentais contribuem para a determinação, difusão e manutenção de doenças, como o hábito de levar animais para que façam suas necessidades fisiológicas em vias públicas, jogar lixo nas ruas ou em canaletas, o acúmulo de entulhos em quintais e a utilização de terrenos baldios como depósitos de lixo, exemplos de hábitos culturais comuns em comunidades pobres de países em desenvolvimento. As informações profiláticas de parasitoses dentro de comunidades carentes reduzem sua prevalência, melhorando assim a saúde e a qualidade de vida da população (SANTOS et al., 2005).

Dessa forma, o ambiente e o nível socioeconômico e cultural englobam variáveis que influenciam na frequência das doenças parasitárias em humanos e seus animais domésticos: os fatores ambientais promoveriam o desenvolvimento e a propagação das formas infectantes e os fatores socioeconômicos seriam responsáveis pela contaminação do ambiente com esses parasitas e a disseminação de enfermidades como as zoonoses (LIMA, 2004).

As zoonoses representam atualmente uma ameaça invisível e registram um aumento que preocupa os especialistas em saúde pública em todo o mundo, também estão relacionadas aos maus- tratos aos animais e ao abandono.

A Organização Mundial da Saúde relatou que essas enfermidades representam um problema de importância crescente, o que significa uma continuidade do que temos visto nos últimos 15 anos.

Os especialistas reconhecem que as atividades e condutas dos homens precipitam o surgimento das zoonoses. Entre outros exemplos, mencionaram a posse irresponsável e não cumprimento das medidas de prevenção recomendadas.

O próximo passo da OMS será no sentido de conscientizar e obter apoio político, e com isso, incentivar a posse responsável e o controle de natalidade.

O principal alerta desta entidade diz respeito ao risco de disseminação de doenças como a raiva, especialmente entre cães abandonados nas grandes cidades.

Para reconhecer e combater as doenças zoonóticas, a epidemiologia dessas infecções deve ser entendida.

Precisam-se identificar patógenos, hospedeiros e métodos de transmissão, incluindo-se o conhecimento da progressão da doença e suas mudanças ao longo do tempo, para que se tenha uma previsão de propagação.

As mudanças climáticas têm facilitado a expansão das condições compatíveis para alguns vetores de doenças, propagando as zoonoses.

Entre as consequências da ausência de um sistema de informações eficiente, e que também produza soluções eficazes, destaca-se a limitada capacidade de diagnóstico dos principais problemas de saúde, sendo assim sua prevenção e solução limitada.

As informações profiláticas de parasitoses dentro de comunidades reduzem sua prevalência, melhorando a saúde e a qualidade de vida da população.

Em relação ao controle das zoonoses, Miguel (2005) enfatizou que:

Em decorrência da importância das zoonoses, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, é necessária a adoção de medidas capazes de minimizar estes transtornos através de aplicação de métodos adequados para a prevenção, controle ou erradicação destas doenças.

O combate às zoonoses pode ser realizado ao nível de cooperação internacional e dentro de uma mesma ação, ao nível central, regional ou local.

No entanto, qualquer que seja o programa de controle adotado, é de fundamental importância que ao mesmo seja dada continuidade e que os procedimentos de vigilância sanitária sejam adequadamente aplicados, caso contrário, aos prejuízos econômicos já decorrentes de incidência de uma determinada zoonose, somar-se-ão os de uma campanha mal sucedida.

3.6 Educação ambiental e a Tutela Responsável

A educação ambiental surgiu da necessidade do homem de reverter o quadro gravíssimo em que o planeta se encontra – devido á grande exploração econômica dos recursos naturais, que infelizmente realizada pelo próprio homem- no âmbito ambiental, prejudicando a qualidade de vida de todos os seres vivos.

Inicialmente sua proposta principal é a de superar a divisão entre natureza e sociedade, através da formação de uma atitude ecológica nas pessoas. O processo educativo proposto pela Educação Ambiental objetiva a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele, de forma crítica e consciente. Sua meta é a formação de sujeitos ecológicos (CARVALHO 2004).

No Brasil, os avanços políticos e educacionais conquistados pela Educação Ambiental são provas da necessidade e da urgência de transformação de antigos hábitos e práticas prejudiciais á existência dos seres vivos.

Nesse sentido, como enfatiza Jacobi (2003), cabe destacar que a Educação Ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento sustentável, que representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

No entanto para Loureiro (2005), a Educação Ambiental, no Brasil, esteve tradicionalmente muito mais associada aos setores técnicos da temática ambiental- tanto no plano institucional privado quanto no aparato de Estado- ou seja, faltou o conhecimento de conteúdo e metodologias pedagógicas fundamentais ao “fazer educativo”.

Isto causou dificuldades na tentativa de conciliar e inserir a Educação Ambiental no ensino formal e não formal, acarretando, de certa forma, um atraso na aplicação de metodologias eficientes e ferramentas de ação.

De qualquer forma, com atrasos ou sem eles, o processo de discussão e implementação de novos modelos de desenvolvimento sustentável vem ocorrendo, e a Educação Ambiental é, sem dúvida, conforme ressaltaram Telles et al. (2002), um dos melhores instrumentos para colocar em prática as mudanças de comportamentos que irão contribuir para a preservação do meio ambiente e manter a qualidade de vida.

Porém, é preciso considerar que a característica fundamental da Educação Ambiental, está no seu objeto de estudo- o Meio Ambiente, considerando seus aspectos físicos, químicos, biológicos, incorporando, também toda uma rede de relações socioeconômicas, culturais, políticas, ecológicas, éticas, e estéticas (TELLES et al. 2002).

A Educação Ambiental é, então, o elemento promotor de mudanças de comportamentos visando à formação de uma nova cidadania ambiental, e que deve ser desenvolvida a partir de múltiplas experiências teórico-metodológicas, em diversos níveis de abrangências que transcendam as fronteiras do interesse individual superficial e atinjam o âmbito político coletivo. (PARO, 2007)

A grande problemática do abandono de animais domésticos e silvestres ocorre devido a falta de conhecimento acerca dos princípios da tutela responsável, ocasionando muitos problemas para a sociedade e para os próprios animais.

A sociedade como um todo, deixou de lado esta questão importante e sofre com as consequências da mesma, infligindo também sofrimento a outros seres que , pelo fato da domesticação ou convivência com humanos, tem suas vidas constantemente banalizadas e sacrificadas diariamente.

Toda a problemática acerca do abandono de animais e suas consequências negativas, aqui apresentadas convergem para a falta de educação da população, que ainda se mantem alheia quanto os preceitos básicos da tutela responsável.

A sensibilização acerca das ações de tutela responsável depende de alguns fatores sociais e da união de esforços dos mesmos, para que ocorra a transformação necessária para efetivar tal efeito. E o processo de sensibilização inicia-se, inevitavelmente, a partir da educação.

Evidentemente, não é um trabalho fácil, mas sem integração, a participação e o envolvimento desses atores- poder público, educadores, pet shops, veterinários e as sociedades de proteção animal- fica praticamente impossível reverter o quadro atual de banalização da vida animal.

Geralmente as iniciativas são, quando ocorrem, pontuais e desassociadas, não modificando muito o panorama geral da situação. Sem a integração de todos os fatores, não há efetividade nas ações, e muitas iniciativas e projetos interessantes são engolidos pela grandiosidade do problema.

E preciso potencializar as campanhas educativas quanto a tutela responsável, para mudar a realidade do abandono e do excesso de animais nas ruas, diminuindo assim o número de animais capturados pelos CCZs e evitando o ciclo de sofrimento a que estes animais ficam expostos.

Para que isso ocorra, é fundamental o auxílio do poder público, que atualmente, diante das evidências aqui apresentadas, não prioriza a educação tampouco a esterilização dos animais errantes, e que ainda emprega de forma absolutamente equivocada, mesmo tendo provas concretas disto, os recursos financeiros públicos em métodos ineficientes e cruéis para o controle de zoonoses e da população animal.

As leis são poderosas ferramentas que devem auxiliar no processo da causa, mas todavia, devem ser um meio e não um fim em si mesmo, pois, muito além do caráter punitivo das leis e decretos, é preciso desencadear um longo processo de educação e sensibilização em toda a sociedade, chamando a atenção para o verdadeiro papel dos animais no mundo, para assim, legitimar efetivamente seus direitos- não apenas no papel, mas prioritariamente, dentro da própria cultura humana.

E é através da união de esforços de tudo e todos envolvidos, convergindo para programas e projetos educativos visando a tutela responsável, que se torna possível modificar a realidade dos animais abandonados nas ruas, solucionando efetivamente o problema.

Portanto a Educação Ambiental é uma aliada, cabendo a sociedade o papel de colocá-la em prática, com o objetivo de obter resultados positivos e efetivos no combate ao abandono e conseqüente sofrimento dos animais (PARO,2007).

4 RESULTADOS

Os resultados decorrentes de todo esse debate sobre a Educação Ambiental e tutela responsável de animais, têm mostrado alguns aspectos relevantes:

1. A relação entre os homens e animais sempre foi conflituosa devido a tradições arraigadas na mente humana, que minimizavam outras espécies em detrimento da superioridade intelectual humana. Esta crença vem causando grandes impactos socioambientais no planeta.

3. A superpopulação de animais errantes nas ruas, a disseminação de doenças.

(zoonoses), os acidentes automobilísticos, os ataques e maus tratos são alguns problemas diretamente ligados à falta de responsabilidade humana diante da tutela dos animais.

5. No Brasil existem leis federais, estaduais e municipais para assegurar direitos aos animais e os deveres da sociedade com relação aos mesmos - embora haja um grande paradoxo entre as práticas cotidianas e o conteúdo normativo, devido à própria estrutura sócio-cultural, que pouco permite que mudanças mais densas ocorram nesta relação.

6. O abandono de animais continua ocorrendo devido à falta de informação que a sociedade humana tem acerca dos preceitos básicos de tutela responsável de animais. A falta de responsabilidade e a insensibilidade da população convergem para o abandono de espécies domésticas, domesticadas e silvestres.

7. O conceito de tutela responsável visa o bem estar animal, através de ações na qual o guardião de um animal aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente.

8. A Educação Ambiental surgiu da necessidade do homem de reverter o quadro gravíssimo em que o planeta se encontra - devido à grande exploração econômica dos recursos naturais, perpetrada pelo próprio homem – no âmbito ambiental, prejudicando a qualidade de vida de todos os seres vivos.

9. O processo educativo proposto pela Educação Ambiental objetiva a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele, de forma crítica e consciente.

Sua meta é a formação de sujeitos ecológicos.

10. Por fim, a Educação Ambiental possibilita a internalização do conceito de tutela responsável - sensibilizando a sociedade acerca de práticas éticas e justas que respeitem e valorizem a vida dos animais – auxiliando, de forma efetiva no combate ao abandono e abolição do sofrimento dos mesmos.

5 DISCUSSÃO

As novas organizações de vida instituídas pela sociedade por meio da interação homem animal repercutem na vida comunitária, impondo mudanças no cotidiano das pessoas e promovendo alterações nas esferas ética, econômica e jurídica. Há casos em que o animal é considerado membro da família e, às vezes, substituto de filhos. Em outros casos alguns familiares têm suas ausências preenchidas por animais de estimação. A compreensão e o reconhecimento dessa nova realidade podem ter um impacto positivo na prática da medicina veterinária, uma vez que o modelo de atendimento veterinário se baseia na relação com grupos e com pessoas (FARACO; SEMINOTTI, 2004).

Algumas vantagens resultantes do convívio com animais de estimação são: alívio para situações tensas; disponibilidade ininterrupta de afeto; possibilidade de riso e bom humor; companhia constante; amizade incondicional; possibilidade de contato físico; proteção e segurança; sensação de se sentir útil a alguém. (FUCHS, 1987).

“A companhia de um animal ajuda crianças a se ajustarem melhor a doenças graves ou morte de familiares. A presença de um cão pode diminuir o estresse infantil nas idas ao dentista e ao médico “(NAGENGAST, 1997; HAVENER et al., 2001).

No entanto, apesar de todas estas vantagens na convivência com animais, muitos cães são abandonados por seus proprietários (OLIVEIRA e SILVA 2007; SOTO et al., 2007), ou até mesmo são vítimas de maus-tratos (FERRARI, 2004; MORAES, 2005).

O relacionamento entre homens e animais nunca foi simples - os conflitos sempre existiram. Durante seu processo evolutivo, o homem se relacionou com os animais de diversas formas, conforme Morris (1990) apud Paixão (2001): “eles foram observados, admirados, exaltados, transformados em símbolos, deuses e demônios, inspiraram o medo, a crueldade, a fé, a benevolência, se tornaram caça, caçadores, amigos e inimigos, e também foram amados e destruídos”.

Entretanto, durante essa longa coexistência, os animais nunca receberam do homem o respeito que mereciam, sempre ficaram a *mercê* dos interesses e da manipulação humana. Suas vidas foram brutalmente subjugadas pelo homem.

Segundo Santana e Oliveira (2006), a legitimação da visão negativista referente aos animais teve como elemento principal o racionalismo filosófico, através do filósofo pré-socrático Protágoras (480-410 A.C.), que enalteceu o antropocentrismo, ao formular o princípio do *homo mensura*, segundo o qual o homem seria a medida de todas as coisas, inclusive daquelas que são pela sua existência, ou não são pela sua não-existência.

Mas a crise, segundo Paixão (2001), só teve início, realmente, no momento em que ocorreu a negação da razão aos animais pelo filósofo Aristóteles. A partir daí, houve a grande "ruptura" entre humanos e animais - pode-se dizer que a negação da razão aos animais instaurou uma crise, e, de tal forma que ela se disseminou tanto no campo da filosofia da mente, quanto no campo da filosofia moral, e se estende até os dias de hoje.

No que tange ao aspecto religioso, a interpretação das escrituras sagradas, principalmente o momento da criação, estabeleceu a natureza antropocêntrica da relação entre o homem e os demais seres vivos, tal qual como concebia o povo hebreu:

Ora, essa concepção, como cita Singer (1975/2004), confere aos seres humanos uma posição especial no universo, como seres que, únicos entre todas as coisas vivas, são semelhantes a Deus. Além disso, está explícito o domínio que Deus deu ao homem, ante todos os seres viventes.

A igreja cristã, explorando a interpretação antropocêntrica das escrituras sagradas e a visão de Aristóteles, continuou negando a razão aos animais, deixando-os fora da sua comunidade moral. Santo Agostinho aceitou a visão aristotélica, concordando que a vida e a morte dos animais estavam subordinadas ao uso humano (PAIXÃO 2001).

No século XVII, o francês René Descartes sustentou a teoria mecanicista, segundo a qual os animais seriam simples máquinas sem alma, e, portanto, imunes a qualquer tipo de sofrimento e dor. Foi, principalmente, o pensamento cartesiano, o fundamento moral que justificaria toda série de maus tratos e violências acometidas à fauna pela civilização ocidental desde a Era Moderna até os dias atuais (SINGER 1975/2004).

Na atualidade, a mudança de postura com relação aos animais vem progredindo lentamente com o apoio dos movimentos ambientalistas e

protecionistas voltados para o bem estar animal - mas ainda está longe de alcançar ações práticas de respeito e proteção da vida animal.

A Educação Ambiental se encaixa neste contexto, tanto para viabilizar o processo de sensibilização e aquisição de novas posturas- mais éticas e mais justas- quanto para abolir o sofrimento dos mesmos.

CONCLUSÃO

Não há dúvidas de que muito já se evoluiu com relação aos direitos dos animais no Brasil e no mundo. Prova disto é a crescente criação de leis de proteção à fauna desde o século passado até hoje, tutelando inclusive animais domésticos que antes ficavam a mercê meramente do direito da propriedade, bem como o surgimento de diversas associações e grupos atuantes na causa. Porém, ainda falta o principal: A educação. Pois será através dela que se conseguirá a efetivação destas leis e uma real mudança de atitudes dos humanos para com os animais.

E é exatamente nesse sentido que as associações e grupos de proteção animal têm realizado diversas campanhas em escolas, bairros, centros comunitários, conscientizando a cerca da guarda responsável, maus-tratos e esterilização incentivando a adoção e cobrando os órgãos públicos a efetivação das leis de proteção aos animais existentes.

Através dos tempos, a relação homem/animal mostrou-se conflituosa e contraditória, acarretando muito sofrimento aos animais e também conseqüências negativas para a sociedade humana.

Atualmente a problemática de animais abandonados nas ruas e sua explosão populacional, se tornaram um grande problema socioambiental evidenciando o descaso e a banalização com que ainda são tratados os animais pelos seres humanos.

As soluções existentes atualmente para o controle de populações de animais e conseqüentemente controle de transmissão de doenças (zoonoses), provaram ser ineficazes e dispendiosas, não solucionando o problema tampouco abolindo o sofrimento vivenciado pelos animais, pelo contrário, os métodos utilizados pelos Centro de Controle de Zoonoses (CCZs) são cruéis e traumáticos para os mesmos.

Tais práticas ferem leis constitucionais e os direitos adquiridos pelos animais, mas mesmo assim observa-se que as atitudes da sociedade pouco mudaram com relação aos mesmos, e o abandono e maus tratos continuam a ocorrer, provando que somente as leis não resolvem a situação.

A falta de informação, que acomete a sociedade, continua sendo uma das principais causas do abandono de animais, pois muitos proprietários desconhecem a importância do conceito de tutela responsável - conjunto de ações e deveres,

daquele que pretende tutelar um animal, objetivando o bem estar do mesmo – tanto para saúde pública quanto para o bem estar animal.

Cabe aos Centros de Controle de Zoonoses Municipais (CCZs), órgãos ligados a Secretarias de Saúde, controlar o número de animais errantes nas ruas, a fim de evitar epidemias de doenças (zoonoses) transmitidas através dos animais para a população humana. No entanto, os métodos empregados para tal feito são ultrapassados, onerosos aos cofres públicos e não eliminam o problema.

As parcerias entre o Poder e Público e os atores envolvidos com a temática - entidades de proteção animal, profissionais da medicina veterinária, educadores e os proprietários de pet shops – são essenciais para que as premissas da tutela responsável se disseminem.

No presente trabalho através do *Site* de relacionamento social, no perfil pessoal da autora deste trabalho, foram divulgados diversos assuntos relacionados aos maus tratos aos animais, Tutela Responsável, e Direitos dos animais. Foi realizada também uma palestra educativa em que o assunto abordado era “Cuidados Básicos ao seu Pet”, dentre os assuntos entraram (Alimentação, Vacinas, Vermifugações, Higiene nos animais e Tutela Responsável), o panfleto do evento que ocorreu na data 24/11/12, circulou na rede social e teve 194 visualizações por usuários diferentes, 25 usuários comentaram do assunto, e 34 usuários envolvidos, finalizando assim um número significativo de pessoas que souberam, comentaram e /ou compartilharam do assunto “Cuidados básicos com seu Pet”. Contribuindo portanto com Educação Ambiental, e o Bem-estar dos animais.

Neste sentido, a Educação Ambiental pode ser utilizada pelos atores sociais para viabilizar e efetivar a transformação dos valores e atitudes da sociedade com relação à problemática do abandono, visando à integração e conscientização do homem quanto à responsabilidade e respeito com os animais, abolindo totalmente o sofrimento de tais seres e incentivando permanentemente as práticas de tutela responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M.R. Zoonoses parasitárias. **Rev. Bras. Med.**, n. 58, 2001.

ANUNCIÇÃO, S. **Seminário discutirá abandono de animais**. 2007. Disponível em: <http://www.prefeitura.unicamp.br/prefe/materias_2007/vidaanimal.htm>. Acesso em: 26 out.2010

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL (ARCA BRASIL) **Posse responsável: os dez mandamentos**. 2008. Disponível em: <<http://www.arcabrasil.org.br/acoes/posse/index.htm>>. Acesso em: 15. out.2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CLÍNICOS VETERINÁRIOS DE PEQUENOS ANIMAIS (ANCLIVEPA). Vida não é brinquedo, animal não é presente: dar animais de presente pode ser uma maneira de criar um problema para a cidade. **Boletim Informativo**, nº37. 2004. Disponível em: <<http://www.anclivepa-sp.org.br/rev-37-01.htm>>. Acesso em: 14/10/2010

ASPIS, D.; GOMES, M.S; MALDONADO, N.A. C; GERMANO, S. Recolhimento de animais. In: VIEIRA, A.M.L. (org.) Programa de controle de populações de cães e gatos do Estado de São Paulo. **Boletim Epidemiológico Paulista (BEPA)**, São Paulo, supl. n. 5, cap, VI, v.3, p. 85. Disponível em: <ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/suple5_cao.pdf>. Acesso em: 26 .out.2010

BÍBLIA SAGRADA. **Gênesis, 1:26**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopedía Britânica, 1980. Edição Ecumênica. Bíblia. A. T.

CIAMPI, M. **Controle da natalidade e posse responsável de cães e gatos**. São Paulo, out. 2004. Entrevista concedida à Soninha Francine. Disponível em: <http://www.soninha.com.br/downloads/entrevista_arca.pdf>. Acesso em: 26 .out.2010

CICCO, L.H.S. **O limiar das zoonoses**. 2005. Disponível em: <www.saudeanimal.com.br/art158.htm>. Acesso em: 19 .mai.2011.

CORRÊA, G.L.B et al. Pesquisa de ovos e oocistos em fezes de cães e gatos, em praças públicas de Santa Maria e sua importância na clínica veterinária e em saúde pública. **Congresso Internacional de Medicina Veterinária**. Salvador, 1993.

FARACO, C. B.; SEMINOTTI, N. A relação homem - animal e a prática veterinária. **Revista CFMV**, v. 10, n. 32, p. 57-62, 2004.

FLORES, E.M.; DREHMER, T.M. Conhecimentos, percepções, comportamentos e representações de saúde e doença bucal dos adolescentes de escolas públicas de dois bairros de Porto Alegre. **Ciência Saúde Coletiva**, 2003.

GIMENEZ, K. **Os animais abandonados: cães e gatos do Município de São Paulo e sua relação com o ambiente urbano**. 2006. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

IHERING, R.V. 2005. **Teoria simplificada da posse**. São Paulo: Rideel/Coleção Biblioteca Clássica. 68p. Acesso em 10/10/2010

LIMA, C. A escolaridade afeta, igualmente, comportamentos prejudiciais à saúde de idosos e adultos mais jovens? **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Minas Gerais, 2004.

MIGUEL, O. **A vigilância sanitária e o controle das principais zoonoses**. 2005. Disponível em: <<http://www.bichoonline.com.br/artigos/Xom0001.html>>. Acesso em: 26 out.2010.

_____. _____. 2010. Disponível em: <<https://reformapsiquiatrica.wordpress.com/2010/07/25/a-vigilancia-sanitaria-e-o-controle-das-principais-zoonoses/>>. Acesso em: 19 mai.2011.

MILANO, S.; OSCHEROV, E. **Contaminación por parásitos caninos de importancia zoonotica en playas de la ciudad de Corrientes**. Argentina: Parasitología Latino Americana, 2002.

OLIVEIRA, F. L. L.; SILVA, J. P. Análise da eutanásia na Gerência de Zoonoses de Teresina-Piauí. In: Congresso Nacional de Saúde Pública Veterinária, 2., 2007, Fortaleza. **Anais...** Ceará, 2007. p. 85. Disponível em: <http://www.abspv.org.br/resumos/2007/trabalhos_are_a02.pdf>. Acesso em 14 out.2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS/FAO. Genebra, 1950.

PARO, F.A.G.O. **Educação ambiental e posse responsável**. 2007. Disponível em: <<http://www.greepet.vet.br/ambiental.php>>. Acesso em: 12 .out.2010.

S.O.S VIDA ANIMAL. **Abandono**. Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br>>; <<http://www.pea.org.br>>. Acesso em: 26 .out.2010.

SANTANA, L.R.; OLIVEIRA, T. P. 2006. Guarda responsável e dignidade dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Instituto de Abolicionismo Animal, Salvador. v. 1, n. 1, jan./dez. 2006. Disponível em: <http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/guarda_responsavel_e_dignidade_do_s_animais.pdf>. Acesso em: 12 out.2010.

SANTOS, H.A. et al. Estratégias educativas para a prevenção de enteroparasitoses no município de Sabará. **Congresso Brasileiro de Parasitologia**. Porto Alegre, 2005.

SCHOENDORFER, LMP. **Interação homem-animal de estimação na cidade de São Paulo: o manejo inadequado e as consequências em saúde pública.** 2001. 82 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TELLES, M. Q.; ROCHA, M. B.; PEDROSO, M.L.; MACHADO, S.M.C. **Vivências integradas com o meio ambiente.** São Paulo, 2002.